

Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas

Edimar Eder Batista

Mestre em Geografia (UEL-PR)

Professor da Educação Básica vinculado a Secretaria de Estado da Educação do Paraná

e-mail: edieba@bol.com.br

Resumo

O presente texto constitui-se de revisão de literatura acerca das relações entre campo e cidade cujo intuito é desconstruir concepções da urbanização enquanto processo civilizatório pleno, no qual prevalecem oposições e idealizações em relação aos espaços rurais e urbanos, na maioria das vezes em detrimento do primeiro, destacando que a complementaridade entre estes espaços pode suplantar tais concepções dicotômicas e idealizadas e que entre o rural e o urbano existe mais interpenetração do que uma abrangência homogeneizante do segundo em relação ao primeiro. Para tanto, os principais referenciais teóricos são Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) e Bagli (2006). Vislumbra-se a possibilidade de se pensar o campo e a cidade enquanto espaços culturais e de vivência, espaços distintos que se complementam justamente pelas diferenças que possuem. Constata-se que o rural e o urbano, as ruralidades e as urbanidades extrapolam possíveis limites físico-territoriais da abrangência material do campo e da cidade podendo estar presentes em ambos os espaços.

Palavras-chave: Campo; cidade; relações campo-cidade; espaços distintos; complementaridade.

Relationship complexity between countryside and city: theoretical perspectives

Abstract

This text consists of a literature review on the relationship between countryside and city aiming at deconstructing concepts of urbanization as a full civilizing process, in which oppositions and idealizations prevail in relation to rural and urban spaces, most often to the detriment of first, emphasizing that the complementarity between these spaces can overcome such dichotomous and idealized conceptions and that between rural and urban there is more interpenetration than a homogenizing scope of the latter in relation to the first. Therefore, the main theoretical frameworks are Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) and Bagli (2006). We envisage the possibility of thinking about the field and the city as cultural and living spaces, distinct spaces which complete each other especially for their differences. It appears that the rural and the urban, the ruralities and urbanities exceed possible physical and territorial limits of the material scope of the countryside and the city which may be present in both spaces.

Keywords: Countryside; city; rural-urban relationships; distinct spaces; complementarity.

Complejidad de las relaciones entre campo y ciudad: perspectivas teóricas

Resumen

El presente texto consta de revisión de literatura referida a las relaciones entre campo y ciudad, cuyo objetivo es deconstruir concepciones de la urbanización como proceso civilizador pleno, en el cual prevalecen oposiciones e idealizaciones en relación a los espacios rurales y urbanos, la mayoría de las veces a expensas del primero, destacando que la complementariedad entre estos espacios puede suplantar tales concepciones dicotómicas e idealizadas y que entre lo rural y lo urbano existe más interpenetración de lo que un ámbito de homogeneización del segundo en relación al primero. Para tal fin, los principales referenciales teóricos son Santos (1994), Carneiro (1998), Lefebvre (1999, 2001) y Bagli (2006). Se visualiza la posibilidad de pensar en el campo y la ciudad como espacios culturales y de vivencia, espacios distintos que se complementan justamente por las diferencias que poseen. Se constata que lo rural y lo urbano, las ruralidades y las urbanidades ultrapasan posibles límites físicos territoriales del ámbito material del campo y de la ciudad, pudiendo estar presentes en ambos espacios.

Palabras chave: Campo; ciudad; relaciones campo y ciudad; espacios distintos; complementariedad.

Introdução

O presente texto¹ delinea considerações teóricas acerca das relações entre campo e cidade no sentido de desconstruir concepções da urbanização enquanto processo civilizatório pleno, no qual prevalecem oposições e idealizações em relação aos espaços rurais e urbanos, na maioria das vezes em detrimento do primeiro.

Salienta-se a complementaridade entre campo e cidade e vislumbra-se a possibilidade de pensá-los enquanto espaços culturais e de vivência, espaços distintos que se complementam justamente pelas diferenças que possuem; cuja concepção envolve o rural e o urbano, as ruralidades e as urbanidades que, simbolicamente, extrapolam suas existências espaciais enquanto materialidades.

A pertinência de estudos teóricos acerca do tema em questão justifica-se em razão da **dinamicidade** da interpenetração dos espaços rurais e urbanos tanto no plano material, concreto, da expansão das áreas urbanas sobre as áreas rurais e da diversidade de arranjos territoriais rurais-urbanos daí advindos; quanto no plano imaterial, simbólico, no qual as concepções de rural e urbano, de ruralidade e urbanidade são permeadas pela vivência dos indivíduos nos espaços rurais e urbanos; que prescinde de reflexões teóricas que procurem compreender tal dinamicidade.

Não se pretende, no entanto, conceituar ou apresentar definições e delimitações acerca do campo e da cidade, mas expor algumas considerações teóricas que contribuam para o entendimento das transformações nas relações entre estes espaços no decorrer dos últimos séculos.

¹ Este texto constitui parte de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado do autor: BATISTA, Edimar Eder. **Análise de concepções de campo e cidade de alunos de áreas rurais e urbanas e a aprendizagem geográfica.** 2014. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

O texto apresentado neste artigo constitui adaptação de parte do referencial teórico do primeiro capítulo da Dissertação de mestrado do autor, na qual se pesquisou concepções de campo e cidade de alunos moradores de áreas rurais e urbanas com foco na aprendizagem geográfica escolar. Trata-se, portanto, de considerações teóricas cujo delineamento visa contribuir para a compreensão das formas de pensar, de conceber o campo e a cidade daqueles que neles vivem.

A análise das relações entre os espaços rurais e urbanos objetiva demonstrar que a complementaridade entre campo e cidade deve suplantar concepções dicotômicas e idealizadas acerca dos mesmos e que entre o rural e o urbano existe mais **interpenetração** do que uma abrangência homogeneizante do segundo em relação ao primeiro.

Para tanto, o texto está organizado em seis itens. O primeiro procura desconstruir oposições e idealizações acerca do campo e da cidade referenciando-as aos contextos socioeconômicos e culturais de seu surgimento; o segundo apresenta o campo e a cidade como espaços produtivos, mas também de vida, destacando a permanência de pessoas vivendo nas áreas rurais, contrariando os prognósticos de esvaziamento do campo e de urbanização total da sociedade. No terceiro item afirma-se a complementaridade entre os espaços rurais e urbanos por meio da exposição da evolução das relações entre ambos; ao passo que, no quarto, o rural e o urbano, as ruralidades e urbanidades são explicitados no intuito de aprofundar a análise das singularidades e complementaridades de/entre campo e cidade; aprofundamento que se completa com a abordagem destes enquanto espaços culturais e de vivência, realizado no quinto item, em que vislumbra-se a construção da percepção dos indivíduos em relação aos espaços cotidianos. No último item, apresenta-se uma síntese das concepções teóricas analisadas e a proposição de uma nova interpretação para a temática em questão, ao que se seguem as considerações finais.

Campo e cidade: desconstruindo oposições e idealizações

Campo e cidade constituem espaços distintos. Distinção não significa oposição. Estas premissas fazem-se necessárias de imediato para se evitar que se aceitem as oposições e idealizações entre ambos como corretas.

O que as palavras campo e cidade expressam? Considerando-se a palavra como um conceito e, portanto, uma abstração dotada de generalização, sentido e significado, todo conceito carrega consigo o caráter subjetivo da interpretação, que, no entanto, é bastante influenciado pelo meio social. “Palavras têm seu verdadeiro sentido alterado, influenciado por idealizações e depreciações, sejam elas construídas na atualidade ou buscadas no passado” (BAGLI, 2006, p. 14).

Considerando-se a questão etimológica, há relações entre as palavras cidadão, civilidade e cidade. Civilidade, civilização e civilizar são conceitos que denotam qualidades de polidez, cortesia, boa educação, e estabelecem hierarquias legitimando a superioridade dos cidadãos – moradores das cidades – sobre os demais – os rústicos, rudes, a plebe e o campesinato – no sentido de representar o alto grau de evolução social de um grupo ou sociedade e a ação transformadora do barbarismo à civilização. O campo seria caracterizado por uma realidade antagônica à da cidade (BAGLI, 2006).

Construiu-se uma ideologia na qual, o campo e o modo de vida rural passaram a ser relacionados ao atraso enquanto a cidade e o modo de vida urbano passaram a ser relacionados ao novo, ao moderno. A ruralidade seria substituída pela urbanidade num processo de civilização no qual o objetivo era “civilizar o campo”.

O processo de industrialização, iniciado no século XVIII, contribuiu para ampliar as associações do campo ao atraso e da cidade ao progresso e para a atração populacional exercida por esta. O rápido crescimento das cidades industrializadas com a contribuição dos grandes fluxos populacionais do campo gerou e gera problemas urbanos ligados à falta de infraestrutura e planejamento adequados ao ritmo deste crescimento.

Atrelado às problemáticas de falta de planejamento urbano para receber os grandes contingentes populacionais vindos do campo surge, paulatinamente, um processo de idealização da vida rural e do campo como um lugar de vida natural, tranquilo e repleto de belezas. O romantismo baseava-se na ideia obsessiva de recuperar a unidade perdida entre homem e natureza. Em contraposição, à vida nas cidades passou a ser associada ao caos, à ambição, aos problemas sociais, fortalecendo a visão dicotômica, contrapondo a viciosidade da cidade à virtuosidade do campo (BAGLI, 2006).

O campo que antes se vinculava apenas aos aspectos negativos passou a ser relacionado aos aspectos positivos. Houve, portanto, uma valorização do campo. Contudo, o mundo rural é idealizado de forma homogênea, mais em razão dos problemas da cidade do que das potencialidades do campo.

O contra-ataque ao processo de idealização romântica do campo concebia que a realidade caótica tinha sua origem, mas não estava fundamentada na expansão da urbanização e sim na sua ausência. “[...] a crise das cidades passou a ser entendida em razão da ausência de urbanização e pela falta de hábitos urbanos. Como se a culpa de todos os problemas das cidades estivesse na ausência de urbanidade dos indivíduos que vinham do campo” (BAGLI, 2006, p. 53). Assim, a vida urbana deveria contrapor e eliminar o embrutecimento da vida rural.

Temos, portanto, a idealização da cidade e do modo de vida urbano, seguida da idealização do campo e do modo de vida rural e uma reafirmação do modo de vida urbano, civilizado, sempre com a predominância do caráter dicotômico.

Compreende-se, conforme Williams (2011) que as ideias e representações surgidas em relação ao campo e à cidade em diferentes épocas, e sob tantas formas, não representam meras ilusões, pelo contrário, possuem conteúdos e desenvolvimento histórico específicos, que culminaram na predominância da visão dicotômica.

Como panorama geral dos mitos e representações acerca do campo e da cidade prevalece às oposições, mas, pode-se também vislumbrar a complementaridade presente nas relações de afirmação e negação entre estes espaços.

Os mitos construídos sobre o campo e o modo de vida rural fundamentaram-se no passado. Seja em um passado representante do atraso, quando relacionado à lógica feudal, seja um passado redentor, quando relacionado à busca da harmonia entre homem e natureza. Contrariamente ocorreu com os mitos construídos sobre a cidade e o modo de vida urbano, que se basearam no futuro. Um futuro promissor, quando pensado sob a lógica do desenvolvimento tecnológico. A cidade vista como expressão e símbolo do novo criado por tal desenvolvimento. Lugar onde o homem consolidaria sua emancipação criadora. Ou um futuro decadente, pois os problemas das cidades se acentuavam mesmo com todo avanço tecnológico, degradando valores e virtudes humanas.

Mitos criados: oposições e complementaridades. Opunham-se no sentido de que as virtudes exaltadas de um se fortaleciam sobre as deficiências de outrem. Afirmação e negação. [...] Complementavam-se, pois funcionavam como fuga para ambas realidades. A monotonia e o atraso do campo poderia ser vencido pelo contato com a cidade, da mesma forma que caos das cidades seria solucionado pela fuga ao campo (BAGLI, 2006, p. 56).

Percebe-se pelo exposto que a idealização ocorre tanto em relação ao campo quanto à cidade. De maneira geral, Williams (2011) constata uma associação da cidade a uma sensação de ilimitadas possibilidades de encontro e movimento, mas também de isolamento e de intranquilidade e, do campo, a uma idealização, no sentido de volta ao passado, na qual, além da ideia de um passado mais feliz havia a ideia de inocência rural, destacando que, em relação ao campo, “[...] talvez o que se celebre seja uma concepção de sociedade rural em contraposição às pressões de uma nova era” (WILLIAMS, 2011, p. 55). Ou seja, a idealização do campo seria uma espécie de fuga ao processo de industrialização.

Consolida-se, com o tempo, o caráter centralizador e civilizador da cidade e a compreensão de que com o processo de industrialização e urbanização todas as pessoas capazes foram para as fábricas e para as cidades, ou resolveram emigrar, restando apenas os lerdos, os incapazes e os ignorantes. Onde? No campo.

Analisando a produção literária inglesa, na passagem do século XVIII para o XIX, como reflexo das concepções predominantes na sociedade, Williams (2011, p. 385) constata que chega um momento no qual:

A experiência urbana se generalizava tanto, e um número descomunal de escritores estava tão profundamente envolvido nela, que qualquer outra forma de vida parecia quase irreal; todas as fontes de percepção pareciam começar e terminar na cidade, e, se havia alguma coisa além dela, estaria também além da própria vida.

Sob análises evolutivas lineares do tempo histórico ocorre a aceitação da cidade como lócus da mudança, da heterogeneidade e do campo como algo imutável e homogêneo, residual. Contudo, em análises dialéticas, há que se considerar a utilização de duas escalas temporais, do tempo rápido e do tempo lento, para compreender que, frente à constatação da velocidade superior das mudanças que ocorrem na cidade, não se deve conceber que a mudança e a heterogeneidade sejam características apenas da cidade, mas que no campo as mudanças se processam de forma mais lenta.

Neste sentido, corrobora-se com Marques (2002) ao conceber cidade e campo como segmentos de uma totalidade dialética, ou seja, totalidade cuja unidade se forma na diversidade, com base no conceito de divisão social do trabalho, considerando-se a influência da lei do desenvolvimento desigual e combinado que nos remete às diferenças de ritmo e intensidade com as quais as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

Sob a abordagem linear, as concepções de campo como sinônimo de atraso, de ineficiência, e da cidade como o contrário, cristalizam ideias errôneas, estereotipadas que obstaculizam o vislumbre do campo e de seus moradores a partir de um prisma positivo. Deveria ser o contrário, dada a extrema importância da agricultura para a vida humana, por meio da produção de alimentos. Desta forma,

As realidades da crise de alimentos e de população vêm sendo ampla e corretamente divulgadas. **Para que possamos sobreviver, teremos de desenvolver e ampliar a agricultura. Assim, a ideia comum de um mundo rural perdido [...] está em contradição direta com qualquer visão efetiva de futuro, no qual o trabalho agrícola deverá se tornar mais importante e central, e não menos.** É uma das mais impressionantes deformações do capitalismo industrial o fato de uma de nossas atividades mais centrais, urgentes e necessárias ter sido tão deslocada, no espaço, no tempo ou em ambos, que só é associada ao passado ou a terras distantes (WILLIAMS, 2011, p. 488-489, grifo nosso).

É relevante compreender a permanência das pessoas no campo ou em áreas rurais, sua importância para a produção agrícola e a existência de um modo de vida singular no campo.

Campo: espaço de produção e de vida

Nas concepções da urbanização, enquanto processo emancipador, construídas tanto pelos teóricos liberais, quanto pelos revolucionários socialistas, pode-se considerar que o conceito de campo e de rural são tomados como realidades estanques no tempo e no espaço, como aquele que existia na Idade Média.

Segundo Bagli (2006), para os liberais, a racionalidade representava a convicção do progresso histórico da sociedade humana, o fio condutor do progresso histórico da civilização. Assim, o pleno aperfeiçoamento da sociedade seria algo inevitável. A ideia de progresso estava atrelada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que traria consigo a civilização a todos os povos. Tomando-se como ideal a sociedade burguesa, para civilizar e progredir era necessário urbanizar.

Os revolucionários marxistas acreditavam que para alcançar o comunismo a passagem pelo desenvolvimento da sociedade capitalista – com suas contradições necessárias ao acirramento dos conflitos entre as classes sociais – seria inevitável. Para que o proletariado urbano – classe verdadeiramente revolucionária, por não possuir nenhum tipo de propriedade – crescesse, seria necessário que a burguesia arrastasse para a civilização todas as nações, arrancando a população rural de seu embrutecimento, submetendo o campo à cidade, urbanizando-o. Por esta lógica evolutiva, o processo de urbanização seria uma das etapas necessárias ao desenvolvimento da sociedade (BAGLI, 2006).

O campesinato se mantinha conservador. Seu modo de vida estava fundamentado nas estruturas feudais. Prendiam-se ao sentimento com a terra, com extremo apreço pela sua propriedade. Dessa forma, não poderiam ser revolucionários, pois lutavam para manter sua condição de proprietário de terras (BAGLI, 2006, p. 86-87).

Da cidade viria a salvação. Com o processo de urbanização ocorreria a emancipação dos camponeses que se tornariam proletários sem nenhuma propriedade. Com a expansão do modo capitalista de produção no campo, este, então faminto e miserável, estaria liberto e destituído de posses, apto a derrubar a base do sistema: a propriedade privada dos meios de produção. A partir destas concepções o campo e seus habitantes representariam a sobra, o não incorporado pelas cidades.

As reflexões a seguir, pretendem demonstrar que a permanência de pessoas vivendo e produzindo no campo constitui uma característica e uma necessidade da sociedade capitalista e não um resquício da mesma, ainda em vias de extinção, e também que o cultivo dos produtos alimentícios realiza-se geralmente em pequenas propriedades e com mão-de-obra familiar.

Como compreender a permanência de pequenos produtores agrícolas numa lógica de produção capitalista? Acerca das contradições características do modo de produção vigente, há que se considerar que o capitalismo não é um modo de produção de mercadorias, mas um modo de produção de mais-valia (MARTINS, 1983), (OLIVEIRA, 2010). A partir desta constatação pode-se compreender que a produção familiar camponesa, mesmo sendo uma relação não-capitalista de produção insere-se no modo de produção capitalista em razão das contradições do capital, não para produzir mercadorias apenas, mas para gerar cada vez mais mais-valia, que se realiza no momento da circulação destas. Assim, “[...] o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 7).

A produção camponesa não apenas encontra abrigo nas contradições do capital, como desempenha considerável papel na expansão do capitalismo no campo. “A pequena unidade camponesa de tradicional agricultura familiar não é marginal à expansão do capital agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo” (BRANDÃO, 2009, p. 39).

A produção realizada em pequenas propriedades, geralmente com mão-de-obra familiar, é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo em razão de nela ser cultivado aquilo que não é tão atrativo ao capital, por gerar menos renda, como produtos utilizados na alimentação humana como: arroz, feijão, mandioca. Conforme Martins (1983) o capital atua apropriando-se diretamente de grandes propriedades em setores do campo nos quais a renda da terra é alta, como na cana, na soja e na pecuária de corte. Nos setores de alimentos de consumo interno generalizado em que a renda é baixa, o capital não se torna proprietário de terra, criando condições para extrair a renda dos camponeses.

Conforme Moura (1986, p. 64), no capitalismo, há um contraditório movimento de manter o camponês no campo, ainda que o empobrecendo. “A agricultura, ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custos mais baixos, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa”.

Além de sua importância no tocante à produção de gêneros alimentícios, alguns autores destacam a existência de estreitos vínculos com a terra e de traços culturais comuns como atributos dos camponeses. Para Moura (1986), por exemplo, o conceito de camponês, mais do que a materialidade econômica, sugere características de uma organização social, no sentido da cultura e do modo de vida.

O que se pretende demonstrar nesta parte do texto é que a permanência de pessoas vivendo e produzindo em áreas rurais, no campo não constitui um resquício a ser

extirpado com o tempo, mas uma característica da própria manutenção do sistema capitalista. Mesmo com a diminuição da população rural e o conseqüente aumento da população urbana no mundo e, também no Brasil, sua existência não constitui um resíduo da sociedade urbano-industrial condenado à extinção. Pelo contrário, a presença de pessoas “vivendo” e produzindo no campo, nas áreas rurais é vital para o pleno funcionamento desta sociedade urbano-industrial. Não apenas produzindo, mas também vivendo. Se a tecnificação do campo possibilitasse a produção mecanizada e com restrita necessidade de mão-de-obra nos espaços rurais em todos os tipos de cultivos, a migração campo-cidade seria ainda mais intensa, gerando novos e, intensificando os já graves problemas urbanos relacionados aos elevados contingentes populacionais presentes em muitas cidades, **inclusive** brasileiras.

Mesmo considerando-se, que tanto em casos individuais quanto em termos de comunidades inteiras, com o aumento significativo do número de cidades e de sua população e, portanto, do contato entre campo e cidade, rural e urbano, praticamente não existem mais “tipos puros” de sujeitos rurais (BRANDÃO, 2009), pode-se ponderar que as pessoas que vivem ou viveram por muito tempo em espaços rurais possuem um modo de vida distinto daquelas que vivem ou viveram por muito tempo em espaços urbanos. Mas também, há que se ponderar o que seriam os “tipos puros” de sujeitos mencionados pelo autor.

Segundo Brandão (2009, p. 51) as especificidades rurais existem, mas nem sempre são notadas,

Um olhar algo mais complexo e interativo sobre os horizontes dos mundos rurais deveriam convidar-nos a uma leitura não tanto do que, real ou ilusoriamente, domina espaços e campos de relações rurais, mas do que em seus intervalos e de maneira bem mais ativa e diferenciada do que podemos imaginar, existe, resiste e se renova, para reocupar espaços e reinventar formas de ser e viver no campo.

Assim como o campo, a cidade também é um espaço no qual se produz, mas também se vive. Nos próximos itens abordam-se as complementaridades destes dois espaços, distintos e dependentes um do outro, primeiramente sob um viés econômico e paulatinamente sob um viés cultural.

Complementaridade entre campo e cidade

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões sociais e territoriais do trabalho, grosso modo, trabalho manual no campo e trabalho intelectual na cidade, Lefebvre (2001), Spósito (2010). A constituição destes dois espaços distintos entre si é condição, e consequência do estabelecimento da

divisão social do trabalho e das relações de poder que o sustentam, nas quais a cidade é marcada pela concentração, espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções, enquanto o campo caracteriza-se pela extensão e dispersão atendendo, técnica e economicamente, ao desempenho de outras atividades (SPÓSITO, 2010).

As leituras de Lefebvre (2001) e Marques (2002) possibilitam a constatação de que nas sociedades agrárias a cidade existia enquanto centro político-administrativo que organizava o meio rural, sendo, porém, dominada e delimitada por este, uma vez que dele dependia para o seu abastecimento. A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência.

Na Idade Média europeia, as cidades eram, além de políticas, lugar do culto e de encontro, tornando-se centros de vida social e política, na medida em que prevalecia seu caráter comercial. Neste período, a separação entre cidade e campo pode ser entendida como separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, como o início da existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra.

O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a **separação entre a produção e o comércio** com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima da cidade. **As cidades passam a se relacionar umas com as outras**, dando origem a um processo de especialização e a uma divisão do trabalho entre as cidades.

A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. **A cidade torna-se o locus principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo** bem como sua forma de organização do trabalho. **Completa-se a vitória da cidade sobre o campo** (MARQUES, 2002, p. 105-106, grifo nosso).

Esta vitória da cidade sobre o campo sugerida pela autora pode ser compreendida no contexto em que a cidade passa a ser centro de decisões. Além da centralidade econômica, passa a exercer uma nova centralidade, a do poder político, tornando-se centro privilegiado do consumo e o lugar onde se concebe a gestão do espaço.

Para Lefebvre (1999) a centralidade sempre possível constitui um caráter essencial e fascinante do espaço e do fenômeno urbano. Esta característica de que tudo que o compõe pode se aproximar ainda e sempre mais permeia a percepção e as idealizações em relação ao urbano, bem como, representa seu diferencial em relação à dispersão característica do rural.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto,

ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Este autor constata que com o passar do tempo, nas relações entre campo e cidade, o peso da cidade no conjunto social aumenta, suplantando o peso do campo; e que as contradições passam a não se situar mais entre cidade e campo, deslocando-se para interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade.

As relações entre campo e cidade, rural e urbano passam a caracterizar-se mais pela complementaridade e menos pela oposição. Esta última encontrará lugar nos conflitos e contradições próprios dos espaços urbanos em expansão. Contudo, identificar a intensidade e o sentido de tais mudanças e das possíveis permanências torna-se complexo.

Quisiera señalar el hecho de que la oposición ciudad-campo está en desaparición en cuanto oposición dominante en el lenguaje, en las ideas y las representaciones sociales. No ha desaparecido, ni mucho menos; se mantiene como supervivencia de una época revolucionada: una de nuestras mayores dificultades, puestos a afinar conceptos, consiste en distinguir qué es supervivencia y qué no es. Esta oposición ciudad-campo se difumina a favor de una oposición en auge: la de la gran ciudad y su periferia. Para precisar la terminología, la oposición en auge en la conciencia y en el lenguaje es la oposición entre tejido urbano compacto y tejido urbano de mallas esponjadas. O bien, la oposición entre centro y no centro, medio y entorno (LEFEBVRE, 1978, p. 192).

A complementaridade passa a suplantiar as oposições e dicotomias. A cidade e o urbano passam a ter o controle das relações de complementaridade com o campo e o rural. Gomes (2006, p. 64) destaca que a cidade passa a representar o papel de centro da organização do espaço e cita Pierre George para concluir que “[...] na geografia clássica, a região fazia a cidade e agora, na geografia moderna, a cidade faz a região.” Para Santos (1994), a expansão do consumo (de saúde, educação, lazer, viagens, ideias, informações, esperanças) leva a ampliação e diversificação do fenômeno da urbanização.

No território brasileiro, como a existência de cidades no período colonial era quantitativamente e qualitativamente, muito menos expressiva que atualmente, e como estas estavam muito ligadas às práticas agrícolas, pode-se considerar que as “cidades não tinham vida própria. As atividades do campo é que determinavam a vida ou a morte de cada uma delas” (RODRIGUES, 1992, p. 38). Não havia uma distinção profunda entre os habitantes das vilas ou cidades e das áreas rurais. Para Candido (1998, p. 223), a mudança

da agricultura de subsistência à agricultura de exportação é que acentua a diferenciação do homem do campo em relação ao homem da cidade².

Antes, o atraso técnico e a economia de subsistência condicionava, em São Paulo, uma sociedade global muito mais homogênea, não havendo discrepâncias essenciais de cultura entre o campo e a cidade. O desenvolvimento da economia baseada na exportação dos gêneros tropicais acentuou a diferenciação dos níveis econômicos, que foram aos poucos gerando fortes distinções de classe e de cultura. Quando esse processo avultou, o caipira ficou humanamente separado do homem da cidade, vivendo cada um o seu tipo de vida.

A partir de então, os processos descritos anteriormente a nível mundial se materializam no território nacional. Santos (1994), tendo por base o consumo, constata que as cidades locais, que antes eram as cidades dos notáveis (padre, tabelião, promotor, entre outros) se transformam em cidades econômicas (do agrônomo, do veterinário, do bancário) entre outros.

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas ao contrário, as adapta. “A cidade se torna o lócus da regulação do que se faz no campo. [...] o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo” (SANTOS, 1994, p. 52). Nota-se que a postura analítica do autor compreende a dinâmica contraditória do espaço, na qual, embora a cidade possua função organizadora das atividades do campo, este, por meio do consumo produtivo, interfere também na dinâmica urbana.

As concepções de Santos (1994) da cidade enquanto organizadora das atividades do campo e da interferência do campo na dinâmica urbana, aliadas a divisão social e territorial do trabalho existentes entre estes espaços, permite a compreensão de que as relações entre o campo e a cidade devem ser concebidas a partir da complementaridade existente entre estes espaços. É preciso pensar o campo e a cidade não como espaços dicotômicos, mas sim como espaços diferenciados que se complementam justamente pelas diferenças que possuem.

Se a complementaridade é tão flagrante por que campo e cidade continuam sendo associados a visões dicotômicas? A força das aparências e das análises evolutivas lineares pode explicar tal fato. Para Williams (2011, p. 94) a superficialidade da abordagem do campo em relação à cidade e sua idealização serviam para escamotear e não enfrentar os problemas da nova sociedade urbana ou urbano-industrial, a “ficção de “cidade e campo” era útil para promover comparações superficiais e impedir comparações reais”.

² A agricultura de exportação esteve sempre presente ao longo do litoral brasileiro. Candido (1998) trata da região do atual estado de São Paulo, caracterizada pela produção de subsistência e atividades de preação de indígenas e busca por ouro, no período colonial.

Constitui-se, assim, um mito do pensamento social moderno, a visão segundo a qual a transição da sociedade rural para a industrial é encarada como uma espécie de decadência, verdadeira causa e origem dos nossos problemas e convulsões sociais. Constrói-se a ideia de que “não é o capitalismo que nos está prejudicando, e sim o sistema mais visível e mais facilmente isolável do industrialismo moderno” (WILLIAMS, 2011, p. 165). A ênfase na superficialidade representada pela oposição na abordagem da relação campo-cidade não é, portanto, aleatória. É pensada, concebida com a finalidade de escamotear o real.

Temos outro exemplo de análise dialética em Bagli (2006), para quem o entendimento das diferenças entre rural e urbano passa pelo movimento da negação e da afirmação no qual um espaço é negado por aquilo que não possui e que torna o outro valorizado por tê-lo, portanto, afirmado. A valorização de um ocorre, assim, pela deficiência do outro.

O rural, por exemplo, é valorizado por suas ruralidades e negado por não possuir certos aspectos do urbano como a centralidade de recursos. O caráter de complementaridade ocorre justamente pela possibilidade de contatar o outro buscando pelo que não se tem em seu espaço de origem. “Não há estabelecido, entre campo e cidade, uma oposição sem complementaridade, como se houvesse uma independência total entre eles. Há, sobretudo, uma contradição, fortalecida e complementada pela diferença” (BAGLI, 2006, p. 75).

Embora alicerçada no movimento de negação e afirmação de ambos os espaços, rurais e urbanos, a complementaridade se consolida sob o predomínio de uma supervalorização da afirmação da cidade e do urbano e da negação do campo e do rural. As análises lefebvrianas constituem um exemplo desta forma de pensar. Embora conceba que a relação cidade-campo se altera com o passar do tempo histórico, o autor é enfático ao apontar a urbanização como processo geral e inevitável no qual:

[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 74).

Para o autor francês, além da expansão material da urbanização, o urbano possui uma dimensão simbólica, virtual que potencializa este processo. Neste ataque ou dissolução do campo pela cidade, via tecido urbano³, tem papel de destaque os signos e as

³ A conceituação de Lefebvre sobre tecido urbano será abordada com mais profundidade ao longo do texto. Neste momento o termo é utilizado com o significado de instrumento da expansão urbana.

significações ligadas ao consumo, “[...] a Cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e “significá-las”) inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

A urbanização total da sociedade é prevista pelo autor, contudo, suas concepções de sociedade urbana são caracterizadas pelo usufruto da cidade enquanto valor de uso por seus moradores, constituindo-se numa sociedade a se buscar, construir. Lefebvre (1999) parte da hipótese da urbanização completa da sociedade, considerando a sociedade urbana – resultante da urbanização completa da sociedade – mais que um fato consumado, uma tendência, uma orientação, uma virtualidade, que se concretizará no futuro. “O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto, não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Na referida obra o autor concebe a existência de três campos, camadas ou épocas – considerados como fenômenos sociais, modos de pensamento, de ação e de vida – a saber: o rural (camponês), o industrial e o urbano, que podem ser interpretados como formas de organização socioespacial. Considerando o urbano um objeto virtual, desenvolve uma lógica na qual se conhece “o passado a partir do presente, mais do que o presente a partir do passado” (LEFEBVRE, 1999, p. 70). Assim como a ascensão da industrialização revelou as características da sociedade camponesa, atualmente, o urbano revela o industrial que aparece como hierarquia reforçada por uma refinada exploração.

A sociedade urbana suplantaria, portanto, a sociedade industrial, contudo, dadas as características singulares de cada país, pode haver predomínio do rural, do industrial, ou do urbano. “Os países ditos desenvolvidos caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial e a era urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 38). Conforme as concepções do autor, os países ditos “subdesenvolvidos ou emergentes” somente vivenciarão a era urbana após passarem pela era industrial.

Na análise lefebvriana a passagem do industrial ao urbano atravessa um ponto crítico, marcado pela confusão, conflito e indefinição, mesmo nos países europeus de industrialização clássica e consolidada. No caso do Brasil, país de industrialização recente e incompleta, em comparação à realidade da Europa Ocidental, tais conflitos e confusões são ainda mais intensos, podendo-se considerar que, embora possa haver a simultaneidade do rural, do industrial e, em menor grau, do urbano, a presença do rural é mais relevante que no contexto europeu, no qual a centralidade urbana é mais significativa.

Pode-se conceber a presença e onipresença do urbano como diretamente proporcionais à intensidade da centralidade exercida pelo urbano e pela cidade em relação

ao rural e ao campo. Para Endlich (2010) a noção de centralidade exercida sobre áreas exteriores à cidade indica a tendência do urbano de estender-se para além dela. Influenciada pelas ideias lefebvrianas a autora concebe o urbano como não restrito a um território, abrangendo a sociedade como um todo, extrapolando a cidade, irradiando-se a partir dela, atingindo os limites territoriais de sua influência. Assim, “[...] o modo de vida urbano estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdos presentes nas cidades” (ENDLICH, 2010, p. 20).

Como na perspectiva da sociedade urbana de Lefebvre (2001) o rural designa uma concepção de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente, na concepção do urbano como modo de vida, o rural é bastante atingido e praticamente superado. Integrando este modo de vida urbano estão os investimentos, o predomínio da mentalidade econômica e monetária como imposições dos valores urbanos disseminadas pela mídia (ENDLICH, 2010).

O estabelecimento da cidade nos planos objetivo e subjetivo também é destacado por Spósito (2010) para quem o importante não é distinguir ou diferenciar os espaços rurais e urbanos, mas compreender seus sentidos e papéis, compreender que em cada espaço-tempo distintas relações políticas, econômicas e valores culturais orientam as articulações entre cidade e campo.

Contudo, mesmo no pensamento de Lefebvre (2001) é possível encontrar indícios da permanência do rural. A urbanização, vista como um processo ideológico e abstrato pelo autor permite que se encontre em suas concepções elementos de permanência do campo, do rural ou da ruralidade em meio ao processo global de urbanização e de industrialização. Por exemplo, considera que a cidade se situa entre uma ordem próxima e uma ordem distante. Entre as relações dos indivíduos organizados em grupos mais ou menos estruturados e a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições como a Igreja e o Estado e por um código jurídico que pode ser formalizado por uma cultura.

Uma interpretação possível a partir destas concepções é a de que a ordem distante abstrata, formal e dotada de poderes se projeta na/sobre a ordem próxima que a encarna, projeta-a sobre um terreno, o lugar, e sobre um plano, o plano da vida imediata. Esta ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência, ela subordina assim o imediato através das mediações, ela não se entrega.

Seria insensato negar a supremacia da cidade e do urbano em determinados aspectos, como também seria insensato amputar a capacidade do campo e do rural em originar mudanças consolidando permanências frente ao urbano. No contexto de um país-continente com relevante diversidade étnica, econômica, social, cultural e regional como o Brasil, **afirmações generalizantes a respeito da supremacia rural ou urbana somente**

são possíveis a partir de análises de contextos territoriais específicos, da abordagem territorial.

Rural e urbano, ruralidades e urbanidades

Rural e urbano não podem ser entendidos como estágios de desenvolvimento nem como setores econômicos. A complexidade inerente a ambos pode ser compreendida através da abordagem territorial. Abramovay (2000, p. 26) entende que a “ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”, sendo um conceito de natureza territorial e não setorial.

As diferenças e similitudes, as oposições e as complementaridades, as particularidades e as generalidades do campo e da cidade expressas em seus conteúdos rurais e urbanos materializam-se espacialmente, mas também se manifestam simbolicamente nos habitantes destes espaços. Uma abordagem territorial do rural e do urbano deve procurar abranger a materialidade e a imaterialidade presentes no espaço e no cotidiano das pessoas.

Ampliando a escala de análise, as concepções de urbano enquanto virtualidade de Lefebvre (2001) e da onipresença da metrópole de Santos (1994) são exemplos interessantes da abordagem das relações entre campo e cidade.

Para Lefebvre, a cidade pode representar dois tipos de valores: valor de uso e valor de troca. O primeiro referindo-se à vida urbana, ao tempo urbano, ao desfrutar da cidade e o segundo, aos espaços comprados e vendidos, ao consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. Considera que a cidade vem perdendo constantemente seu valor de uso, predominando o valor de troca, sendo o direito à cidade a vivência desta enquanto valor de uso por seus habitantes⁴.

A cidade como valor de uso é como o autor concebe a sociedade urbana, como lugar portador da possibilidade de superar a lei do valor de troca, na qual o urbano se faz pouco presente. Apesar da cidade enquanto valor de uso estar morta, “[...] “o urbano” persiste, no estado da atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

O urbano pode ser entendido atualmente como uma virtualidade, Lefebvre (2001) afirma que o urbano enquanto projeto não estará nunca inteiramente presente e atual, hoje, diante de nossa reflexão. Em razão de sua alta complexidade se descobrirá pouco a pouco,

⁴ Para Lefebvre (2001) há um conflito no sistema urbano entre o valor de uso e o valor de troca, as cidades são centros de vida social e política nas quais o uso principal de suas ruas, praças, construções deve ser o convívio, a festa e não a produção com orientação irreversível na direção do dinheiro.

lentamente ou mesmo nunca. Para compreendê-lo melhor é preciso esclarecer o que é tecido urbano.

Estas palavras “o tecido urbano”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza” (LEFEBVRE, 1999, p. 15).

O tecido urbano pode ser entendido como um instrumento ou meio de expansão do urbano, o suporte de um modo de viver.

Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras. [...] Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos (LEFEBVRE, 2001, p. 18-19).

Embora adepto da ideia de urbanização total da sociedade, nota-se que a definição de tecido urbano do autor sugere a permanência de espaços rurais. O mesmo constata que entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, e que a relação “urbanidade-ruralidade” não desaparece, pelo contrário, intensifica-se (LEFEBVRE, 2001).

Procurando distinguir a cidade do urbano, Lefebvre (2001) conceitua a primeira como realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o segundo como realidade social, composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Contudo explicita que, embora disperso pelo território, além das amarras da cidade, o urbano precisa de uma base material. “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. [...] O “urbano” não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica” (LEFEBVRE, 2001, p. 55).

Para Santos (1994) as relações de intercâmbio entre campo e cidade, rural e urbano extrapolam a materialidade, o econômico, abrangendo a esfera das relações sociais, das ideias, da cultura. No contexto do meio técnico-científico, por meio da informação, constroem-se as bases de uma verdadeira “fluidez do território”.

Considera a existência de uma tecnoesfera e de uma psicoesfera, como dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade no próprio conteúdo do território, sendo o funcionamento da primeira menos eficaz sem a segunda. Na formação da psicoesfera está uma combinação de elementos das instâncias econômica e cultural,

criando um meio geográfico indutor e condicionante de novos comportamentos humanos, em razão de seu conteúdo em técnica e ciência.

Pode-se considerar a psicosfera como parte integrante e até mesmo viabilizadora de um urbano que extrapola a cidade, em alguns casos, onipresente.

A psicosfera também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas de racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua. Ela é local pelas pessoas sobre as quais se exerce, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas (SANTOS, 1994, p. 46).

A força e a influência da metrópole já não dependem mais da indústria, uma metrópole informacional, onipresente se assenta sobre a metrópole industrial. “O perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõe aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos” (SANTOS, 1994, p. 9). A instantaneidade da metrópole, no sentido de sua descentralização pelo território é tão intensa que o autor afirma a dissolução da mesma.

De formas distintas as ideias dos dois autores sugerem uma total abrangência do urbano sobre o território, por meio do tecido urbano, para Lefebvre (1999, 2001) e dos fluxos de informações e da onipresença da metrópole, para Santos (1994). Contudo, ambos concebem também a heterogeneidade dos processos urbanizantes através das malhas desiguais do tecido urbano e do caráter local da psicosfera. Nestes interstícios a ruralidade se entranha e procura permanecer.

As concepções de Santos (1994) acerca da existência de regiões urbanas e regiões agrícolas reforça a ideia de permanência do rural. Constatando que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural encontra-se superada, o autor propõe uma subdivisão do país, que possui validade somente enquanto generalização, em Brasil Urbano e Brasil Agrícola⁵, considerando uma repartição grosseira do território brasileiro em regiões agrícolas (e não rurais) e regiões urbanas; na qual as regiões agrícolas contém cidades e as regiões urbanas contém atividades rurais. Áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.

A região urbana tem sua unidade devido sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devido à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano. Representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que

⁵ Santos (1994) adverte que esta subdivisão somente tem validade como generalização.

dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. [...] nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala) enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel (SANTOS, 1994, p. 67-68).

Pode-se considerar, pois, que existe uma lógica territorial rural diferente de uma lógica territorial urbana. A compreensão das urbanidades e das ruralidades requer que se façam algumas considerações acerca das territorialidades rurais e urbanas. Concebendo que a territorialidade reflete o modo de vida no qual o indivíduo que o constrói ou do qual faz parte está inserido, Bagli (2006) constata que no rural, a relação com a terra é o elemento mediador e unificador da lógica territorial, pois, as relações econômicas, sociais, culturais, políticas e simbólicas dependem da terra. A perda desta e a migração para a cidade acarretam abalos na estrutura social do indivíduo oriundo do campo. No urbano, as relações com o território são mais globais e fragmentadas. A existência de territórios distintos de moradia, lazer e trabalho, dentre outros, torna as relações mais descoladas, pois, as funções não estão centralizadas em um único território. A lógica territorial urbana comporta territórios especializados. “Essa territorialidade menos intensa e fragmentada é uma urbanidade, ou seja, uma característica do urbano” (BAGLI, 2006, p. 67).

Como a edificação dos territórios e das territorialidades não respeita os limites tradicionais da configuração espacial de campo e cidade, atualmente, pode-se perceber a existência de territorialidades urbanas em espaços rurais e territorialidades rurais em espaços urbanos. Rural e urbano extrapolam, pois, os limites espaciais tradicionais (BAGLI 2006). A abordagem territorial dos espaços rurais e urbanos permite que se compreenda que o “fato de ambos espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas não significa que a tendência seja a completa homogeneização” (BAGLI, 2006, p. 68). No caso do campo pela cidade.

Compreende-se que há intensa troca e complementaridade entre campo e cidade, rural e urbano.

Rural e urbano são, pois, os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Entretanto, não podem ser compreendidos simplesmente como realidades diferenciadas, mas, sobretudo, complementares. Partes de um mesmo todo que, embaladas pela cadência da contradição, se completam justamente pelas diferenças que possuem. E assim, se relacionam.

Campo e cidade por comportarem modos de vida específicos se configuram como espaço rural e urbano, respectivamente. Porém, em razão do aprofundamento das relações entre ambos, os limites de cada espaço não podem ser perfeitamente traçados. [...] Os espaços rurais e urbanos comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades. Estas, entretanto, podem ser encontradas para além de suas realidades de origem. A cidade deixa de ser espaço exclusivamente urbano, por conter ruralidades; o campo deixa de ser espaço estritamente rural, por comportar

urbanidades. Na base dessa rede de relacionamentos e interligações está a territorialidade (BAGLI 2006, p. 68-69).

A abordagem territorial possibilita a análise do campo e da cidade para além do âmbito produtivo, como espaços culturais e de vivência.

Campo e cidade enquanto espaços culturais e de vivência

Uma possibilidade interessante é conceber campo e cidade enquanto espaços culturais e de vivência. Para tanto, a partir de três autores, busca-se analisar como a questão é entendida por ciências distintas em períodos históricos também distintos. Candido (1998), um sociólogo, analisa as transformações culturais do caipira paulista em contato com a urbanização, nas décadas de 1940 e 1950. Carneiro (1998), também socióloga, analisa a ruralidade como uma identidade em construção, na década de 1990, e Bagli (2006), geógrafa, interpreta o campo e a cidade como construções sociais, na primeira década de século XXI.

Para Candido (1998) o relativo isolamento do homem do campo irá se alterar com os processos de urbanização e industrialização, que, em nosso país, têm no estado de São Paulo um de seus focos principais. Procura analisar como o parceiro caipira irá integrar-se a esta sociedade urbana e os desdobramentos deste processo para seu modo de vida tradicional.

Segundo o ator é no plano da subsistência que se inscrevem quase todos os atos e pensamentos da vida do caipira. O surgimento de novas necessidades advindas dos processos de industrialização e de urbanização foi importante na configuração da mudança de cultura dos mesmos, na medida em que contribuiu para:

[...] criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia **geral**, isto é, da região, do Estado e do País, em contraste com a economia **particular**, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência (CANDIDO, 1998, p. 165, grifo do autor).

Para comprar mais o caipira precisa vender mais e, portanto, produzir mais. Isso acarretará alterações profundas no seu modo de vida. A passagem de uma economia autossuficiente para o âmbito da economia capitalista é interpretada pelo autor com um sintoma de crise social e cultural. Crise nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções de mundo. Em situações de crise existem fatores de persistência e de alteração, sendo que a situação de crise define-se por tensões ainda não resolvidas ou resolvidas parcialmente, entre estes fatores, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura. A permanência ou persistência é analisada não somente como fenômeno de demora, mas também um recurso de ajuste à

nova situação, que pode rejeitar as práticas e normas anteriores, ou incorporá-las, depois de redefini-las.

Na verdade **os fatores tradicionais exercem ação reguladora**, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema. [...] podemos dizer que a situação estudada não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social (CANDIDO, 1998, p. 200, grifo nosso).

Em outras palavras, a acomodação do caipira aos padrões urbanos se faz conforme possa, ou não, encontrar condições satisfatórias de substituição dos seus próprios padrões. A dimensão ideológica da urbanização exerce relevante influência nestes padrões, sendo que, quanto maior for a identificação dos sujeitos sociais com os mesmos, mais estes tentarão mantê-los, tornando sua transformação o mais lenta possível.

Abordando a dimensão psíquica das transformações desencadeadas pelo processo de urbanização-industrialização, Candido (1998) destaca que a importância do prestígio associado às práticas e usos de caráter urbano, assume tal proporção que a pessoa se sente diminuída quando é obrigada a manter as práticas e usos tradicionais, tornadas, comparativamente, desprezadas.

Estas considerações parecem válidas sobretudo para a cultura material, pois no terreno das crenças e dos sentimentos o processo é mais complexo e não se deixa assim esquematizar. [...] há interpenetração de planos, em que o passado e o presente, o mágico e o racional se combinam normalmente, [...] Ao contrário do que ocorre na cultura material, a substituição não se dá tão claramente (CANDIDO, 1998, p. 181-182).

Cita como exemplo de amálgama dos mundos da crença e da ciência a utilização simultânea dos remédios caseiros tradicionais e de farmácia.

A idealização do passado pelos caipiras, no contexto das transformações advindas do processo de urbanização é analisada pelo autor como a sua maneira para criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais da sua cultura. O não funcionamento, ou o mau funcionamento desta, é percebido como fim da era onde tinham razão de ser como tipos humanos. Segundo Candido (1998) o homem do campo, mesmo confusamente, possui um senso de “estarem passando, de não caberem no universo do homem da cidade”.

Pode-se considerar que o autor constatou um processo de urbanização irreversível na sociedade brasileira, no qual o caipira em particular, e o homem do campo em geral – extrapolando-se as constatações de seu estudo – tiveram que adaptar-se, à duras penas a todas as transformações em seu modo de viver. Ou seja, que a cultura das cidades vai “absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de

cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores” (CANDIDO, 1998, p. 223). Os elementos de que dispõe a cultura tradicional são insuficientes para garantir-lhe a integração satisfatória a nova ordem de coisas.

Contudo, Candido (1998) assume uma posição dialética frente ao processo de urbanização, compreendendo que é possível urbanizar o homem do campo mantendo-o neste espaço.

Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido. [...] Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio de sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a oportunidade de ajustar-se a outras. **O caipira é condenado à urbanização**, e todo esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de **urbanizá-lo**, o que, note-se bem, **é diferente de trazê-lo para a cidade**. No estado atual, a migração para esta é uma fuga do pior para o menos mau e não poderá ser racionalmente orientada se não se partir do pressuposto de que as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes dos que analisamos neste trabalho (CANDIDO, 1998, p. 224-225, grifo nosso).

A urbanização, para o autor, não se circunscreve no aumento de população urbana e crescimento das cidades, representando a extensão das conquistas urbanas aos espaços desprovidos das mesmas. A nosso ver, considerar que o acesso a uma melhor qualidade de vida passa irremediavelmente pela urbanização pode contribuir para a ligação do campo ao atraso. Seria preferível a concepção deste como um espaço carente de políticas públicas que potencializem suas singularidades por meio da melhoria da qualidade de vida de suas populações, sem a menção de que com isto estaria ocorrendo um processo de urbanização.

A concepção de que a urbanização do campo, nos moldes em que ocorre gera um traumatismo cultural é oportuna por explicitar as diferenças culturais e a complexidade das transformações culturais envolvidas.

Antes de apresentar as ideias de Carneiro (1998), expõe-se uma crítica de Bagli (2006) às concepções de Cândido e também de Lefebvre. Destaca-se, no entanto, que no caso brasileiro, Candido (1998) talvez tenha assim pensado dadas as péssimas condições em que viviam os povos do campo, retratadas pelo autor a partir da análise dos mínimos vitais e dos mínimos sociais. A autora questiona alguns pontos do pensamento destes autores destacando que para eles a urbanização é vista como progresso e caminho a ser seguido pela sociedade. A seu ver a urbanização não deve ser compreendida como uma

etapa a ser cumprida para se chegar a outra coisa, outro tipo de sociedade. Critica assim, o pensamento evolutivo linear e não dialético da sociedade.

Não dá para continuar acreditando que o modelo de desenvolvimento deve passar necessariamente por alguns estágios para atingir a sociedade ideal: industrialização, urbanização, transformação do campesinato em proletariado. Não dá pra continuar acreditando que a única forma de desenvolvimento para a sociedade como um todo deve ter como modelo o modo de vida urbano. Esse pensamento impede que visualizemos as contradições do processo. E o pior: consolida um tipo de ideologia que transforma a urbanização em caminho redentor para todos os males da sociedade (BAGLI, 2006, p. 92).

Considera que no pensamento lefebvriano a própria visão que impõe a urbanização como tendência, orientação, virtualidade, promove reducionismos da realidade em formação. A virtualidade do urbano tende a ocultar parte do movimento contraditório, impedindo que a resistência ou a permanência do rural seja percebida, quiçá analisada.

O urbano se expande, mas considerar tudo urbano impede a visualização daquilo que por ele não é preenchido. [...] O rural, que parece estar preenchido pelo urbano, resiste nos hábitos cotidianos e nas estratégias de vida, sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade. O rural se transforma, mas a transformação não é apreendida em seu movimento. É visualizado apenas como sujeito paciente da história: aquele que sofre a ação, nunca a realiza. [...] O rural permanece, porque muda, assimila para si a capacidade de transformar-se para não ser simplesmente transformado (BAGLI, 2006, p. 94).

Questão interessante ressaltada pela autora é a percepção do caráter passivo do rural, sempre sofrendo ações, nunca as realizando. Não se questiona a forte presença urbana nos espaços rurais, contudo, esta presença é supervalorizada em detrimento do campo e da ruralidade. Questiona-se a visão simplista do campo enquanto mero receptáculo, incapaz de produzir cultura, informações e um modo de vida singular e disseminá-las, mesmo que localmente.

Contudo, Candido (1998) aponta alguns elementos da resistência cultural do caipira, que por seu caráter subjetivo não constituem grande obstáculo à expansão do urbano e de seu modo de vida no campo.

A manutenção de uma “cultura camponesa” é afirmada por Carneiro (1998) não como uma cultura cristalizada, uniforme e a-histórica, num sentido específico e universal, mas como uma visão de mundo pautada em relações sociais específicas e que se expressa ativamente, de forma a transformar e a recriar o seu mundo social e natural. A autora possui uma compreensão particular a respeito da homogeneização dos valores urbanos em relação ao campo, sugerindo que a heterogeneidade também faz parte deste processo, ao constatar que é

Difícil de ser atribuir à ruralidade uma definição uniforme, a noção hoje nos remete ao antigo debate sobre a transformação, e a decorrente extinção, da tradição cultural fundada na prática agrícola de um tipo de produtor específico - o agricultor familiar ou o camponês. Tradição esta que, segundo alguns autores, estaria sendo destruída pelo desenvolvimento capitalista, dando lugar a padrões culturais urbanos que tenderiam a predominar em espaços até então definidos como “rurais”, acarretando uma homogeneização do estilo de vida e dos valores urbanos em toda a extensão territorial sob a interferência da sociedade urbano-industrial. Por homogeneização não se entende a uniformização dos padrões de vida, mas a reprodução das heterogeneidades das cidades no campo (CARNEIRO, 1998, p. 72).

Propõe pensar o rural e o urbano a partir do ponto de vista dos agentes sociais que participam das trocas entre campo e cidade, enquanto espaços socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e com os “outros”. Assim, para Carneiro (1998), as noções de rural, de urbano, de ruralidade e urbanidade são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas. Reelaborações e apropriações diversas são, portanto, possíveis, tornando impossível definir-se a ruralidade em oposição à urbanidade, sendo cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre cidades e pequenos vilarejos ou arraiais, seja com base em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Isso ocorre porque

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (CARNEIRO, 1998, p. 53).

Contudo, a autora não concorda com a ideia de que tal processo resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, conforme a realidade europeia.

Bagli (2006) também concebe campo e cidade como construções sociais, espaços produzidos por relações sociais diferenciadas, caracterizadas pelo conteúdo que possuem, urbano ou rural, nos quais um conjunto de valores, práticas, comportamentos, hábitos e costumes caracteriza o modo de vida específico de cada espaço. Urbanidade e ruralidade são atributos que qualificam e identificam cada espaço, campo e cidade, e seu modo de vida. De uma forma bastante linear e parcial, portanto, simplória, mas que permite uma esquematização didática da realidade, pode-se considerar que:

Rural e urbano são os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Estes,

por sua vez, na condição de espaço rural e espaço urbano, comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades (BAGLI, 2006, p. 61).

A característica de complementaridade da cidade e do campo e, portanto, do rural e do urbano, enquanto modos de vida, manifesta-se em ruralidades e urbanidades que, embora tenham origem num espaço específico, estão presentes nos dois espaços. Há ruralidades no campo e na cidade, assim como há urbanidades na cidade e no campo.

Carneiro (1998) considera que no Brasil o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola e que estamos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo. Neste contexto, a procura crescente de formas de lazer e de meios alternativos de vida no campo por pessoas da cidade tem gerado uma maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos, urbanos e rurais, transformando o campo em um lugar de vida, além de, também, um espaço de produção agrícola.

Nessa perspectiva, as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1998, p. 58).

A autora constata que não se pode entender a ruralidade atualmente somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como rural, visto que, ocorre também o consumo, pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (natureza e produtos naturais) e de práticas culturais que são reconhecidos como próprios do chamado mundo rural, como a cultura country, por exemplo. “Nessa complexidade de universos culturais que se interpenetram, parece-nos impossível delimitar as fronteiras culturais entre o “rural” e o “urbano”” (CARNEIRO, 1998, p. 61).

A ruralidade deve ser pensada como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas no qual ocorra reapropriação de elementos da cultura local e também a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, de forma que a cultura local não seja destruída, mas alimentada pelo reforço da sociabilidade e dos vínculos com a localidade gerando uma cultura singular que não é nem rural nem urbana (CARNEIRO, 1998).

Para a pesquisadora, a noção de localidade constitui-se uma importante escala de análise para as relações entre campo e cidade. Embora seja cada vez mais difícil pensar na

noção de ruralidade para definir a natureza das relações sociais num espaço determinado, a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específico pode ser compreendida pela “noção de localidade”, nos seguintes termos:

[...] a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve. [...] o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada fora a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade (CARNEIRO, 1998, p. 62).

Assim, as transformações engendradas pela expansão da sociedade urbano-industrial no campo, não implicam obrigatoriamente na descaracterização das culturas locais ou tradicionais. Para a autora ocorre a redefinição, ou reelaboração de práticas e códigos culturais, sendo a “noção de localidade” a expressão das múltiplas possibilidades de interação dos agentes sociais à sociedade e à economia global. O campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Assim, não se pode falar de ruralidade em geral, mas em ruralidades, em virtude desta se expressar de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. “Não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

As escalas temporais também podem contribuir para o entendimento das dinâmicas próprias aos espaços rurais e urbanos. No rural prevalece o tempo lento, natural, já no urbano o tempo rápido, mecânico. Assim, conforme Bagli (2006) se o tempo é percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam estes espaços constroem modos de vida dessemelhantes. No urbano, o tempo é movimento, prevalece a rapidez, o tempo do relógio que encanta e desencanta que atrai e expulsa as pessoas. No campo, o movimento do tempo não é tão perceptível, ligando-se à dinâmica dos processos naturais de plantio, colheita, que segue outras rotinas e normas.

A relação com a terra é construída de formas também distintas nos espaços urbanos e rurais. No campo a terra é sobrevivência, na cidade a terra é chão. Na cidade, as relações se realizam por meio daquilo que sobre a terra está construído. No campo os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. Assim, as “formas de relacionamento com a terra influem na construção de hábitos diferenciados para os espaços rurais e urbanos” (BAGLI, 2006, p. 170).

A aquisição de determinados produtos e serviços aproxima realidades que outrora eram bem contrastantes, como as dos espaços rurais e urbanos, segundo Bagli (2006). A

inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns e o próprio consumo torna-se um hábito comum.

[...] a difusão de tais hábitos tem motivado reflexões que difundem a idéia de expansão das urbanidades ao campo e a extinção do modo de vida rural e suas ruralidades. Como se o uso de tecnologias fosse um apanágio dos espaços urbanos. Como se os espaços rurais estivessem predestinados ao permanente atraso para se manterem como tais (BAGLI, 2006, p. 171).

Pelo exposto, constata-se que mesmo com a expansão das urbanidades no campo, a ruralidade, ou melhor as ruralidades permanecem. O próximo item pretende sintetizar as complexas considerações teóricas realizadas até então.

Três maneiras de pensar as relações entre campo e cidade

Nesta parte do texto procura-se condensar algumas das concepções analisadas anteriormente a partir das ideias de Rua (2005, 2006), que propõe uma síntese das concepções acerca das relações entre campo e cidade, rural e urbano, e também uma leitura geográfica da questão. O autor define duas vertentes de análise do rural, de abordagem clássica, que, grosso modo, podem ser denominadas da urbanização do rural e urbanização no rural, visualizadas no Quadro 1.

Como, para um grupo de autores a análise centra-se na cidade e no urbano, enquanto para o outro, o foco desloca-se para o campo e para as especificidades do rural Rua (2005), embora corrobore parcialmente com ambas, reconhece que as duas abordagens teóricas apresentam análises parciais, pois, cada uma, isoladamente, não contempla a complexidade que marca o rural de hoje, participante das múltiplas escalas da ação social. Sugere que se desenham múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza, propondo um terceira vertente de análise denominada de **urbanidades no rural**, integrando algumas das formulações das outras duas vertentes (RUA, 2005, 2006). A proposição de uma nova forma de pensar a relação campo-cidade, rural-urbano proposta por Rua (2005, 2006) é pertinente por representar uma tentativa, ainda que nascente, de compreensão geográfica das dinâmicas atuais entre os espaços rurais u urbanos.

Temos de um lado, uma urbanização ideológica, difusa, cultural que se expande além da urbanização física, de carácter homogeneizante e simplificador respaldando concepções de urbanização rural e, de outro, a ideia de novas ruralidades que procuram enfatizar a força do rural diante do urbano, que, para Rua (2005) é supervalorizada, em

razão de o urbano comandar o processo de reestruturação espacial do mundo contemporâneo.

Ao propor a noção de urbanidades no rural, Rua (2006) está em busca de uma perspectiva multiescalar das relações cidade-campo, na qual território e escala são ferramentas para rerepresentar a complexidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais. Urbanidades no rural é a denominação do autor para estas transformações.

Quadro 1 - Síntese das vertentes clássicas de análise das relações entre campo e cidade segundo Rua (2005, 2006).

CARACTERÍSTICAS	VERTENTES DE ANÁLISE	
	Urbanização do rural	Urbanização no rural
Principais autores	José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefebvre	Maria José Carneiro, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay
Concepções principais	Formulações centradas na cidade e no urbano como bases organizativas do espaço contemporâneo. Em geral, para essa vertente analítica, com a expansão do capitalismo, o rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização.	Questiona-se o preceito da integração urbano-rural, homogeneizadora, mesmo que virtual e da urbanização iminente e irreversível do rural. Pleiteia-se a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano e uma necessária ênfase no rural, concentrada na ideia de “novas ruralidades”, admitindo a possibilidade de convivência, num mesmo espaço, da cultura rural com a cultura urbana. Salienta-se a diversidade desse processo de urbanização da sociedade e a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano.

Org.: autor.

Rua distingue sua proposição das outras duas vertentes, destacando a emergência de uma territorialidade nova, difícil de enquadrar-se como rural ou urbana ao considerar que:

[...] há uma escala ampla de urbanização ideológica, comportamental, difusa que alcança todo o território, bem à maneira de Lefebvre e uma outra escala local onde tais criações ocorrem. A interação dessas duas escalas é que vai definir a qualidade de tal criação – um rural transformado como querem os autores dessa segunda vertente analítica, mas dando lugar a uma territorialidade nova (nem rural nem urbana) que ainda deve ser definida (RUA, 2006, p. 100).

São propostas por Rua (2006) duas escalas de ação, uma mais ampla e uma mais restrita. Na primeira, uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço. A segunda permite leituras particulares dos movimentos mais gerais, que são processados localmente, porém, sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local. As múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles) juntamente com as diferentes escalaridades de ação marcam o surgimento de espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores (RUA, 2006, p. 95).

Como esta ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também de leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, têm-se como resultado o território com caráter híbrido e identidades criadas com componentes rurais e urbanos. O rural e o urbano são percebidos como resultados de interações múltiplas, transescalares, não hierarquizadas nas quais a homogeneização e a diversidade não podem obscurecer a dialética do movimento histórico.

Resumindo, conforme Rua (2006) tem-se urbanidades no rural (imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje) e múltiplas territorialidades (criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire). O movimento de expansão das “urbanidades nas áreas rurais” não é percebido como destruição do rural, mas integrando-se a “novas ruralidades”. As urbanidades no rural aparecem, contudo, menos homogeneizantes que as ideias de urbanização rural e de novas ruralidades.

O autor deixa claro suas proposições ao explicitar que:

O que se pretendeu demonstrar foi que há uma espacialidade integrada a um “urbano” difundido por todo o território; que **há um rural, com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo**, que interage com aquele “urbano”; que essas interações transformam os **espaços rurais em territórios híbridos** (resultado dessas interações) nos quais se dão variadas formas de apropriação e dominação; que **as marcas dessa hibridez são as “urbanidades no rural”**, integradoras das múltiplas escalas que a ação política exige. Assim, deve-se perceber a nossa proposta como capturadora de elementos das duas “vertentes” analíticas, mas dando destaque à **escala da ação**, esta sim, necessariamente integradora (RUA, 2005, p. 61, grifo nosso).

Embora o autor não tenha aprofundado suas análises, as proposições do caráter híbrido, das identidades, das múltiplas territorialidades que redundam nas urbanidades no rural parecem possibilitar interpretações menos homogeneizantes que as da urbanização do

campo. Além disso, representam um esforço de análise geográfica acerca da questão em foco.

Considerações Finais

As relações entre campo e cidade alteraram-se ao longo do tempo enquanto expressões de amplos contextos produtivos e de organização societária. A compreensão das oposições e idealizações acerca destes espaços deve considerar os contextos socioeconômicos e culturais que os originaram.

Campo e cidade são espaços diferentes cujas relações se dão de forma complementar justamente em função da existência destas diferenças. Rural e urbano extrapolam possíveis limites físico-territoriais de sua abrangência e as ruralidades e urbanidades podem estar presentes tanto no campo quanto na cidade. A aceitação da existência de um processo geral, homogêneo e unitário de urbanização do campo no qual o urbano e a urbanidade moldam o campo, o rural e as ruralidades de maneira uniforme e unidirecional com abrangência irrestrita requer que se desconsidere o caráter local dos inúmeros lugares, localidades e regiões do planeta, ou mais especificamente do Brasil, em suas possibilidades de reagir ou de se comportar frente a este processo de maneiras singulares dadas suas características naturais, socioeconômicas, culturais e populacionais distintas.

O rural e o urbano, as ruralidades e urbanidades extrapolam a concretude da existência espacial de campo e cidade, podendo representar, no plano individual, modos de viver característicos mesmo na ausência de contato com o espaço que o originou.

Embora a urbanização seja concebida por vários autores como um processo inevitável, a articulação do rural ao urbano, apresenta peculiaridades, dada a diversidade de conexões possíveis entre ruralidades e urbanidades.

Campo e cidade são espaços distintos que se relacionam de maneira complexa em razão da dependência de um em relação ao outro. Ao concebê-los, para além do âmbito econômico, como espaços culturais e de vivência, sua compreensão torna-se ainda mais plural, dadas os distintos vínculos que cada pessoa possui em relação aos espaços rurais e urbanos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão** n. 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-31. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf> Acesso em 10 de março de 2013.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRANDÃO, Carlos R. “**No rancho fundo**”: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Das Cidades, 1998.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 11, p. 53-75, out. 1998.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria E. B. et al. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E. de. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 49-76.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução: Javier González-Pueyo. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, Maria I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Arioaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-território**. v. 5. n. 10. p. 5-64, ago. 2010.

RODRIGUES, Rosicler M. **Cidades brasileiras**: o passado e o presente. São Paulo: Moderna, 1992.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. n. 2. p. 45-65, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**. Uberlândia, v. 1. n. 1. p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPÓSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, Maria E. B. et al. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.111-130.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: P. H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 22 de junho de 2015

Aceito para publicação em 07 de outubro de 2015